



LA RAZÓN HISTÓRICA. Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas. ISSN 1989-2659

O Conceito de liberdade em Lutero

Teresinha Maria Duarte [1]

Doctora en Historia. Profesora Adjunta del Curso de História en la Universidad Federal de Goiás (Brasil)

Tamiris Alves Muniz [2]

Graduada en Historia. Investigadora en la Universidad Federal de Goiás (Brasil)

Resumo: Entendida de forma geral como a faculdade de cada um decidir ou agir segundo a sua própria determinação, a liberdade tem sido alvo de vários debates e interpretações. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de liberdade em Lutero e perceber sua influência na sociedade de sua época e até mesmo nos dias atuais. Para tanto, analisar-se-á a obra *“Da Liberdade do Cristão”*, da autoria de Lutero, publicada em 1520. Metodologicamente, recorreremos às contribuições da História das Idéias, para a análise do pensamento de Lutero, pensamento que – entendemos – religioso, mas também político. Nascido na Alemanha no ano de 1483, Martinho Lutero é considerado por nós como uma figura de grande importância na elaboração do pensamento político moderno; embora tenha concebido a sua idéia de liberdade sob uma visão religiosa, tal conceito não se limitou apenas ao campo religioso, mas permeou toda sociedade, oferecendo-lhe grandes contribuições.

Abstract: Generally bothered as the right of each individual to decide or act according to her own determination, freedom has been the subject of various debates and interpretations. The present study aims to analyze the concept of freedom in Luther and understand it's influence on the society of his time and even today. To this end, the book "The Freedom of a Christian" will be considered, written by Luther, published in 1520. Methodologically, we use the contributions of the History of Ideas, for the analysis of Luther's, thought - we believe - religious but also political. Born in Germany in the year 1483, Martin Luther is regarded by us as a figure of great importance in the development of modern political thought, although conceived his idea of freedom in a religious view, such a concept was not confined to the religious field but permeated the whole society, offering great contributions.

Resumen: Comprendida en general como la facultad de cada individuo para decidir o actuar según su propia determinación, la libertad ha sido objeto de diversos debates e interpretaciones. Así, el presente estudio tiene como objetivo analizar el concepto de libertad en Lutero y percibir su influencia en la sociedad de su tiempo y hasta mismo en los días actuales. Por lo tanto, será analizada la obra de Lutero "La Libertad de un

cristiano", publicado en 1520. Metodológicamente, se utilizan las contribuciones de la Historia de las Ideas, para el análisis de lo pensamiento de Lutero que - comprendemos- es religioso, sino también político. Nacido en Alemania en el año 1483, Martín Lutero es una figura histórica que marca el camino de la transición del tiempo feudal a los tiempos modernos, es de gran importancia en el desarrollo del pensamiento político moderno. Aunque tenga concebido su idea de la libertad en un punto de vista religioso, este concepto no se limita a lo religioso, pero impregnado de toda la sociedad, ofreciendo grandes contribuciones.

Introdução

Entendida de forma geral como a faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a sua própria determinação; como a condição de um indivíduo não se submeter ao domínio de outrem e, por isso, ter pleno poder sobre si mesmo e sobre seus atos, a liberdade é aspirada pela grande maioria das pessoas, como algo fundamental para a vida humana, sendo, portanto, alvo de vários debates e interpretações ao longo da História, para o qual são atraídas pessoas comuns e intelectuais diversos.

Dessa forma, o conceito de liberdade sofreu muitas mudanças possuindo, muitas das vezes, significados específicos para diferentes povos e contextos históricos. Assim, diversos conceitos de liberdade surgiram ao longo do tempo, comportando ainda, vertentes diversas: de ordem filosófica, psicológica, religiosa, econômica, política, social etc, que exerceram e exercem direta ou indiretamente influência em nossa sociedade.

As idéias de Martinho Lutero evocaram, desde o século XVI, estudos intensos. Assim, sobretudo do ponto de vista religioso, já foram discutidas, aceitas por uns e combatidas por outros, mas continuam a oferecer material para discussão, na atualidade, principalmente no que tange às suas contribuições para o mundo religioso; sendo pouco investigadas as suas contribuições, para o mundo moderno.

Os problemas que colocamos são: como se apresenta o conceito de liberdade em Lutero? Em que o seu conceito de liberdade se estriba? Por que o seu conceito de Liberdade encontrou aceitação no seu tempo e nos tempos posteriores? Assim, o trabalho que se segue tem como objetivo analisar o conceito de Liberdade em Lutero e perceber sua influência na sociedade de sua época e até mesmo nos dias atuais.

Metodologicamente, recorreremos aos contributos da História das Idéias para analisar a obra *Da Liberdade do Cristão*[3], escrita pelo Reformador Alemão em 1520, e perscrutarmos a concepção de liberdade em Martinho Lutero. Entretanto, apesar de nos propor a analisar uma obra de um autor, não desejamos analisá-la de forma isolada, de si para si própria apenas; mas, reiteramos que entendemos idéia na perspectiva que Roger Chartier assinala: “As idéias, apreendidas por meio da circulação das palavras que as designam, situadas nos seus enraizamentos sociais, pensadas na sua carga afectiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual(...)”. [4] Assim, interessa-nos perceber como Lutero embasou o seu pensamento, assim, como também, por que tal pensamento e tal conceito se propagou no seu tempo e ainda consegue sobreviver em nossos dias.

Entendemos que muitas questões e conceitos abordados por Lutero, em suas obras e, em especial no *Da Liberdade do Cristão* – apesar de terem sido feitas através de uma linguagem religiosa e seu pensamento se estribar em pensadores antigos e medievais – exerceram direta ou indiretamente influência na sociedade de sua época e para além, isto é, na formação do pensamento moderno, de maneira a se fazer presente na sociedade atual.

Martinho Lutero e sua obra *Da Liberdade do Cristão*

Lutero nasceu em Eisleben, na Alemanha, no ano de 1483. Foi uma criança inteligente e dotada de uma viva sensibilidade. Teve uma formação severa e, em 1505, recebeu o grau de Mestre em Artes pela Universidade de Erfurt, uma das principais universidades alemãs da época e, naquele mesmo ano iniciou o curso de Direito, conforme era desejo de seu pai, mas logo o deixou, entrando para a ordem dos Agostinianos de Erfurt, após sobreviver aos raios que caíram próximo de si durante uma tempestade. O futuro reformador sofria das angústias existenciais de sua época, como o medo da morte e a incerteza da salvação. [5]

Conforme Delumeau, uma grande angústia coletiva, diante da presença da morte e do sentimento de culpabilidade, se fazia presente no seio da sociedade ocidental, nos séculos XIV e XV, devido a diversos acontecimentos catastróficos como a guerra dos Cem Anos e a Peste Negra; crises estas que foram tomadas como castigos divinos para o pecado do povo. Aquela foi uma época de muitas desgraças e de superstições generalizadas. Eram, também, grandes os temores em relação à iminência da morte e do Juízo Final. [6]

Em 1507, Lutero foi ordenado sacerdote; no ano seguinte começou a lecionar teologia na Universidade de Wittenberg e, em 1512 tornou-se doutor em teologia. [7] Como homem de elevado intelecto e consideráveis habilidades pessoais foi, por isso, galgando postos eclesiásticos. Seu grande conhecimento bíblico, especialmente seus estudos sobre os escritos de Paulo, que declarara que “*o justo viverá pela fé*”, fez com que o Agostiniano de Erfurt percebesse claramente os erros da Igreja Católica Romana, chegando a uma nova fé, que enfatizava a graça e a salvação como dons gratuitos de Deus, mediante a fé.

Dessa forma, conforme Delumeau, a teologia luterana com ênfase na justificação pela fé, no sacerdócio universal e na infalibilidade apenas da Bíblia alcançou seu sucesso não por atacar a Igreja e revelar seus abusos, mas por ter sido uma resposta religiosa às necessidades da época: à grande angústia coletiva que afetava a todos. [8] Essa compreensão foi um conforto para o Reformador, bem como para toda sociedade de seu tempo.

Ao mesmo tempo em que Lutero chegava àquelas conclusões, “pregadores ‘vendiam’ indulgências na Alemanha para financiar a reconstrução da Basílica de São Pedro, em Roma”. [9] Lutero divulgou, então, suas 95 Teses, esclarecendo o engano que era provocado pelas indulgências e se opondo à venda das mesmas, porque as tais indulgências eram uma espécie de graça concedida pela Igreja aos seus membros, perdendo total ou parcialmente a pena devida a um pecado; porque, para ele, o homem é justificado, somente pela fé e pela graça divina.

Nem a prática das boas obras ou a aquisição de indulgências pode justificar um pecador. Para ele, a compra das indulgências ou a obtenção das mesmas de qualquer outra maneira, era incapaz de impedir Deus de aplicar suas punições temporais e de intervir na salvação. Lutero foi contrário àquela prática, ainda, afirmando que a mesma se tornara uma fábrica de dinheiro para a Igreja. Em razão disso, o Reformador Alemão acabou por ser excomungado pela Igreja, entre o final do ano de 1520 e o início de 1521, por não se retratar.

Entretanto, em 1520, o Mestre de Wittenberg havia publicado uma série de escritos atacando à Igreja, se defendendo da mesma ou se dirigindo à população alemã. Entre esses escritos destaca-se *A Nobreza Cristã Alemã, Do Cativo Babilônico da Igreja e Da Liberdade do Cristão*. Segundo Roberto Romano, naqueles escritos, Lutero modificou a língua, o imaginário e os valores do cristianismo, abrindo caminho

para as formas do pensamento moderno, instaurando a subjetividade que dissolveu a tradição.[10]

Para a divulgação dos tais escritos, o Reformador recebeu grande contribuição da imprensa – uma invenção recente – que foi de extrema importância para a divulgação de suas idéias e para o efeito que as mesmas alcançaram em todo o mundo. Conforme Delumeau, Lutero foi o homem que mais teve trabalhos impressos em seu tempo;[11] logo a imprensa tornou-o conhecido em seu país e na Europa.

Da Liberdade do Cristão foi escrito com o objetivo inicial de apresentar a doutrina bíblica da justificação pela fé ao papa Leão X (1513-1521), mostrando a inteira liberdade do cristão, como sacerdote e rei, sobre todas as coisas exteriores, mas como exigência, um perfeito amor ao próximo. Contudo, o Papa não aceitou os escritos de Lutero, os considerando heréticos. Como consequência, Lutero publicou, no mesmo ano, a referida obra em alemão, apresentando-a a toda sociedade. A idéia de liberdade associada à idéia de servidão norteia todo o tratado *Da Liberdade do Cristão*.

Liberdade e Servidão do Cristão para Lutero

Lutero afirmou logo no início desse tratado, que “um cristão é um senhor livre sobre todas as coisas e não se submete a ninguém”; mas também, que, “um cristão é um súdito e servidor de todas as coisas e se submete a todos”. [12] Tais afirmações que, de início, parecem contraditórias, se dão porque, segundo o Reformador Alemão, todo cristão possui uma natureza dupla, espiritual e corporal. Segundo a alma, ele é chamado de homem espiritual, novo e interior; segundo a carne, ele é chamado de homem corporal, velho e exterior.[13]

Com efeito, João Rafael Chió Serra Carvalho esclarece que, no Cristianismo, “o conceito de liberdade caminha de mãos dadas com o conceito de serviço” e, para os cristãos, a liberdade é vista quase (...) como a glória que provém desse serviço. O maior desejo do fiel é se entregar de corpo e alma ao serviço de sua deidade”. [14] Carvalho mostra ainda porque esta servidão é diferente da escravidão. Para ele, o cristão, porque serve por amor, “não serve porque é obrigado, sua servidão não é o fruto de torturas tampouco o resultado do cerceamento de sua liberdade. Antes pelo contrário, ele serve porque é livre, ele serve porque assim o deseja, ele serve porque ama”. [15] O cristão serve porque ama, porque ama a Deus, seu criador, e, por conta disto ama o seu próximo.

Para Lutero, a relação entre liberdade e servidão, existe ainda, porque, apesar de o homem ser livre, justificado pela fé, este mesmo homem continua, contudo, com sua vida física sobre a Terra, tendo que governar o seu próprio corpo e conviver com outras pessoas, sendo as obras o meio para essa realização; sobretudo, porque só se pode servir e amar a Deus quando se serve e ama ao próximo, uma vez que “da fé fluem o amor e o prazer em Deus, e do amor flui uma vida livre, animada e feliz, para servir desinteressadamente ao próximo”. [16]

O Reformador também associou liberdade e responsabilidade como formas de reprimir o corpo, devido à natureza exterior e o mau, presente no homem, o que contrapõe à sua natureza interior, que é justificada por Deus. Nesse sentido, Lutero defendeu as boas obras como forma de mortificar o corpo e condenou o ócio, concedendo também importância ao trabalho como meio de dignificar o homem, de honrar a Deus e, assim, ocupar seu tempo e seu corpo, protegendo-o do mal. Com efeito, escreveu:

(...) o homem, por causa do seu próprio corpo, não pode sucumbir à ociosidade, tendo de praticar muitas boas obras a fim de subjugar-lo (...). Desse modo, cada qual pode encontrar a

medida e o modo para mortificar o corpo, jejuando, vigiando e trabalhando o quanto considera necessário para reprimir os impulsos de seu corpo.[17]

Nisto, Lutero se manteve, mais uma vez, próximo da tradição cultural cristã, para quem o trabalho é uma forma de se escapar das ciladas do demônio. Outrora, São Bento também defendeu o trabalho como meio do homem se escapar do ócio. Para ele, “não fazer nada é ruim para a alma, por isso, em certas horas, os irmãos devem se ocupar no trabalho manual e noutras horas na leitura divina”. [18]

Desde os gregos e ainda na Idade Média, o trabalho foi visto como algo degradante para o ser humano, prejudicial à vida contemplativa, isto é, ao “ócio sagrado”. Naquelas sociedades, o trabalho manual era inerente à condição dos escravos e dos *laboratores*. Enquanto os cidadãos e, depois, os *oratores* (clero), e os *belatores* (guerreiros) deveriam se ocupar de funções mais dignas. Mas, de acordo com o ensinamento dos Santos Padres, o trabalho realizado pelo cristão, era-lhe uma forma de afugentar o mal: as tentações e os maus pensamentos. Isto deu uma certa valorização ao trabalho, não obstante, a Igreja não lhe atribuía, o enriquecimento, como finalidade. Entendia que cada um deveria conservar-se na condição social em que nasceu, até que deixasse a vida mortal e passasse para a vida eterna.

Por outro lado, a concepção de trabalho, entendida por Calvino, como uma vocação, uma predestinação do cristão, conferiu aos seus adeptos, uma auto-confiança, advinda da certeza da graça, concedida aos predestinados; assim estes se isentam das preocupações religiosas, passando a se dedicar mais a atividade profissional.[19] Devido a tal idéia, muitos indivíduos interpretaram que, sendo um bom cristão, trabalhando muito, seguindo sempre todos os princípios bíblicos, poderiam provar a si mesmos que foram escolhidos, pelo seu sucesso como cristãos, uma vez que Deus havia trabalhado por eles, permitindo-lhes tal sucesso. Dessa forma, historicamente, para muitos calvinistas, o sucesso no trabalho e a conseqüente riqueza poderia ser um dos sinais de que estavam entre os escolhidos de Deus.

Lutero não fez essa interpretação, para ele – assim como na tradição cristã anterior – o trabalho era apenas um instrumento divino, disponibilizado aos cristãos, como meio de servir a Deus, ao próximo e, sobretudo, de reprimir o corpo, isto é, os seus impulsos para o mal, subjugando-o no serviço divino. Assim, a concepção de trabalho em Lutero não foi relevante para o capitalismo.[20] Porém, é importante a valorização que ele fez do trabalho tanto manual como intelectual. “Entendeu que a dignidade de uma empregada doméstica ou de uma mãe que lava fraldas é a mesma de um príncipe ou de um arcebispo”. [21] Assim, sua concepção acerca do trabalho, o aproximava mais dos medievais do que dos modernos.

Enquanto o trabalho foi concebido por Lutero, como um instrumento divino para subjugar o corpo ao serviço divino, as obras, para ele, só são válidas mediante a fé, são conseqüência dela, de forma que, o homem bom e justo realiza obras boas e justas.[22] Destarte, segundo a compreensão de Lutero, as boas obras, o servir ao próximo desinteressadamente, são as responsabilidades do cristão para com a vida terrena – porque Lutero seguindo Santo Agostinho, para quem a “cidade dos homens” está a serviço da “cidade de Deus” - uma vez, que a mesma fé que liberta, também cria responsabilidades e, por isso, o faz o cristão servo de todos. Nesse sentido, Wilhelm Wachholz escreve que:

a justificação por graça e fé evocada por Lutero representa uma profunda libertação do “eu”, pois a preocupação pela salvação individual, que gera a exacerbada cultura individualista, cede

lugar para a preocupação em favor do coletivo, da solidariedade, justiça social, ecologia etc.[23]

Tal legado é importante no pensamento de Lutero, uma vez que ele associou liberdade e responsabilidade, pois, mesmo justificado, o indivíduo é responsável por sua vida, e esta, deve ser direcionada por ele, e discutida no âmbito da razão humana. O cristão deve, como consequência da fé, praticar as boas obras e zelar pelos outros, não simplesmente como atos de caridade cristã, como queriam os medievais, mas como atos de solidariedade humana, nascidos na razão. Para ele,

(...) assim como o nosso próximo padece necessidades e carece do que nos sobra, nós também padecemos necessidades diante de Deus e carecíamos de Sua Graça. Por isso, tal como Deus nos ajudou desinteressadamente por meio de Cristo, nós também devemos realmente ajudar ao próximo por meio do corpo e de suas obras. [24]

Dessa forma, a preocupação de Lutero com o próximo, que o faz convocar os cristãos a pensarem nos seus semelhantes e a ajudá-los, decorre da consciência de sua fé e do que esta demanda. Ademais, pela distinção entre o homem interior e exterior, Lutero defendeu a idéia de que o homem nasce escravo do pecado; é, por natureza, mau e, assim, incapaz de realizar o bem desinteressadamente. Para mudar tal realidade, ele precisa se aproximar de Deus e reconhecer suas fraquezas, sua natureza má e sua consequente incapacidade para o bem e para o cumprimento dos mandamentos. Ao reconhecer tais coisas e se humilhar diante de Deus, por meio da graça, passa a crer em Deus e assim, atinge a fé e a salvação em Cristo, consequentemente, a verdadeira liberdade. [25]

Lutero escreveu: “Essa é a liberdade do cristão: é unicamente a fé, que faz com que não tornemos ociosos ou maus, mas que não necessitemos de obra alguma para obtermos a justiça e a bem-aventurança”. [26] Notemos que a fé em Lutero é puramente subjetiva e parte da experiência subjetiva de Deus e da subjetividade do homem ao recebê-la. Com efeito, Pierre Chaunu escreve: “a fé não se deixa facilmente definir, é uma experiência”. [27] A experiência é feita pelo sujeito, daí o caráter subjetivo da fé. Para o Reformador Alemão, a fé é um exercício individual e uma atitude receptiva; é algo tão inerente ao indivíduo que ninguém pode realizar para outra pessoa.

Nesse sentido, a acolhida da Palavra de Deus, contida nas Sagradas Escrituras concorre para a liberdade do cristão, porque apontam, segundo Lutero, para os preceitos e promessas divinas. Os preceitos teriam o intuito de mostrar a impotência humana diante do pecado. Quando a Bíblia diz “não cobices” e o homem percebe que é impossível não cobiçar, busca em outro lugar o auxílio que não encontra em si próprio. Essa falta de resposta gera uma “ansiedade” no indivíduo, que só encontrará consolo para sua angústia em Cristo, Aquele no qual são prometidas graça, justiça, paz e liberdade. Com esse argumento Lutero defendeu a idéia de que os preceitos apontam para as promessas. Eles servem apenas para mostrar ao homem sua incapacidade de ser justo, restando-lhe uma única saída: a graça libertadora de Cristo. [28]

Martim Warty explica que, para Lutero,

a liberdade, portanto, não consiste em ser o seu próprio senhor, pois a pessoa humana se escraviza a si mesma como escraviza os outros. A verdadeira liberdade consiste em ter o senhor certo. O Senhor certo é o Senhor Jesus Cristo, que

liberta e reconstitui, na pessoa humana, uma nova forma de ser.[29]

Ao receber a graça divina, ao “ter o senhor certo”, isto é, Jesus Cristo, o homem se torna livre e une sua alma com Deus, tornando ambos um só corpo. Ao crer em Deus, ao amá-Lo, ele cumpre o primeiro mandamento, estando desobrigado de todos os outros, de todas as leis, tornando-se justo e bem-aventurado.

De acordo com Quentin Skinner, o fato de Lutero adotar a crença na graça redentora de Deus, capacitou-o a resolver o cruel dilema formulado pelo Antigo Testamento, com sua lei, que não concede a ninguém a esperança de seguir e que, por isto, deixa pairar a ameaça de condenação eterna. Essa compreensão mostra o significado de Cristo na teologia luterana. É por meio Dele que os homens recebem o seu conhecimento da graça redentora de Deus e se emancipam das exigências inatingíveis da lei.[30]

É importante destacar que, na sociedade ocidental, depois do ano mil, em um processo contínuo – a princípio incipiente, mas depois, mais caudaloso – as pessoas passaram a darem mais valor às ações individuais, diferindo-se da coletividade social do início da Idade Média. Assim, a fé tendia a se tornar cada vez mais subjetiva.

Por isto, Chaunu enfatiza que: “A leitura luterana testemunha um radicalismo individualista, um individualismo característico das elites religiosas dos séculos XIV e XV, em ruptura com a religião coletiva da Idade Média”. [31] E, Jean Delumeau esclarece que a promoção do indivíduo foi, pelo menos ao nível mais elevado da sociedade, uma das características principais da civilização européia no momento em que esta se afastava das margens da Idade Média. Assim, ao privilegiar o diálogo do homem com Deus, a reforma luterana exprimiu no plano religioso a ascensão irresistível da pessoa.[32]

Lutero defendeu a liberdade de consciência, com a intenção de orientar as pessoas nas suas ações diárias, para que no desenvolvimento de sua fé, e, portanto de sua consciência, tomassem as decisões que considerassem compatíveis com o exercício dessa fé, isto é, com a vontade de Deus. Nesse sentido, ele defendeu que cada pessoa deveria agir com base na sua própria consciência, sendo responsável, neste mundo e diante de Deus, por suas decisões individuais.

Ao afirmar que cada cristão é livre para se chegar diante de Deus, Lutero fez de cada fiel um sacerdote (idéia do sacerdócio universal), desprezou o sacramento da Ordem admitido pela Igreja e, sobretudo, valorizou o indivíduo, elevando-o à condição de sujeito. Entretanto, tal valorização do sujeito decorre de seu entendimento de que a pessoa é justificada pela fé e não pelas obras ou méritos. Para o Reformador, nosso valor é atribuído por Deus e não depende de elementos externos, de nossos feitos e realizações.

Portanto, de nada serve à alma se o corpo se cobre de vestes sagradas como fazem os sacerdotes e religiosos, nem tampouco se ela permanece nas igrejas e lugares sagrados, tampouco se ela lida com coisas sagradas, nem tampouco se fisicamente faz orações, jejua, faz peregrinações e pratica todas as boas ações que eternamente poderiam ocorrer no e através do corpo.[33]

Nesse sentido, a noção de justificação pela fé, pensada por Paulo e absorvida e desenvolvida por Lutero, proporcionou um sentido novo para as pessoas empobrecidas e excluídas da sociedade, em um tempo em que as riquezas tendiam a se

concentrarem, possibilitando-lhes uma recuperação de sua dignidade, sua promoção pessoal e social; dando-lhes espaço de liberdade e atuação. Pois, conforme Elsa Tamez, ao considerar a solidariedade de Deus como raiz da justificação, o excluído se dá conta de que Deus está presente solidariamente no excluído por excelência, Jesus Cristo, e portanto em todos os excluídos. [...] já que é por fé e não pela lei que se é justificado, o excluído toma consciência de seu ser como sujeito histórico e não como objeto – nem da lei nem de nenhum sistema que o submeta à marginalização. [34]

Com este pensamento, percebemos não só a defesa da liberdade individual em Lutero, como também, sua ênfase na igualdade entre as pessoas, visto que ele afirmou que todos, independentemente de sua posição social e/ou religiosa, podem se chegar diante de Deus, sendo necessário apenas que tenham fé. Liberdade e igualdade são valores destes tempos novos.

Enraizamentos sócio-culturais deste conceito de liberdade

O conceito de liberdade, desenvolvido por Lutero, assim como o seu pensamento, não estavam soltos; pelo contrário, enraizavam-se na tradição cultural cristã e nos pensadores cristãos, sobretudo nos ocidentais.

Assim, percebemos que a compreensão de liberdade presente em Lutero é fundamentada nos escritos de Paulo, os quais o Reformador sempre faz referência, se abrindo, assim, debaixo da autoridade do pensamento paulino, havendo, portanto, uma estreita ligação entre ambos. Conforme Jordino Marques, nos textos paulinos há declaradamente, um conjunto sistemático de reflexões sobre a liberdade.[35] Percebemos, outrossim, que para analisar o conceito de liberdade em Lutero outra referência é Santo Agostinho, cujo pensamento foi de grande importância para a Ordem dos Agostinianos Eremitas à qual Lutero pertenceu. Conforme Chaunu, a descoberta das Escrituras e a descoberta de Santo Agostinho foram quase simultâneas para Lutero.[36]

Entretanto, como alerta Márcio Sitherenn, existem muitas semelhanças teológicas entre eles, mas também algumas divergências. Mas, no que toca à concepção de liberdade, para Santo Agostinho, a liberdade só é possível com a ajuda da graça de Deus. Ele entende por graça a disposição que a vontade tem de agir bem. Portanto, para sermos bons, necessitamos da força de Deus e é só nEle que seremos verdadeiramente livres e conseqüentemente felizes. A felicidade é estar com Deus e, para isso, a graça é indispensável. Assim, a verdadeira liberdade é aceitar a graça de Deus. O poder de escolha (livre-arbítrio) ainda não é liberdade, pois este dá ao homem a possibilidade de não seguir a vontade de Deus e a liberdade se dá somente quando a vontade se volta para o bem. Assim, a liberdade em Agostinho consiste em optar por fazer o bem, o que permite ao homem se chegar à verdade que é Deus e, desta forma, ser verdadeiramente livre, visto que segundo sua compreensão, apenas a verdade (Deus) liberta. [37]

Apesar de andar por caminhos diferentes, Lutero e Santo Agostinho defenderam a idéia de que a liberdade só é possível ao homem mediante a graça de Deus, sendo a crença e o viver em Deus segundo sua vontade, a verdadeira liberdade, conforme colocam as Escrituras Sagradas, no Evangelho de João 8, 32: “Conhecereis a verdade (Deus) e a verdade vos libertará”. [38]

O pensamento de Lutero, ainda, é devedor do pensamento de Guilherme de Ockham, frade franciscano e filósofo medieval. Paul Vignaux, afirma que, em Ockham,

“a idéia da soberana liberdade de Deus, reconhecida na contingência radical da ordem da graça, coexiste com a afirmação vigorosa, em moral e em direito, de uma ordem da natureza, da razão e da liberdade humana”. [39]

Já, para Ricardo Bortolotti, em Guilherme de Ockham, a liberdade apresenta-se como a possibilidade que se tem de escolher entre o sim ou o não, de poder escolher entre o que me convém ou não e decidir e dar conta da decisão tomada ou de simplesmente deixar acontecer. Segundo ele, é de nossa própria natureza a capacidade de escolha exercida por meio da liberdade, entendida como presente de Deus e da natureza. Para o autor, Ockham era um voluntarista e como tal, defendia a liberdade do cristão.[40]

Esses pensadores direta ou indiretamente influenciaram o pensamento de Lutero, vez que foram figuras de grande importância no desenvolvimento do cristianismo ocidental e para a sociedade medieval. Ademais, Lutero viveu no século XVI, momento central de um movimento que tomava conta do Ocidente Cristão, como admite Chaunu, “desde meados do século XI aos finais do século XIV e, numa perspectiva mais limitada, na charneira dos séculos XIII-XIV”. [41]

Como o demonstra André Vauchez, do papa aos leigos discutia-se um tema: a reforma da Igreja, um movimento de regresso às origens, à época dos Apóstolos e dos Mártires. Foi no ideal da “vida toda apostólica” que este desejo de perfeição melhor se concretizou.[42] Conforme Vauchez assinala, depois do sínodo romano de 1059, “(...) a vida apostólica surge como o instrumento de uma reforma moral e disciplinar dos clérigos”. [43] Mas, “(...) uma renovada leitura dos Actos fazia realçar, na vocação dos Apóstolos, a importância do ministério da pregação e do anúncio do Evangelho. (...) Assim, seguir o modelo da Igreja primitiva não consiste unicamente em viver em comunidade, sem propriedade privada, mas ainda em ir até os outros”. [44]

Aquele tempo suscitou nas pessoas um desejo de volta às origens do cristianismo primitivo, o que se chamou de regresso à *vida apostólica* – um estilo de vida baseado no exemplo de vida de Cristo e dos apóstolos. Brenda Bolton afirma que desenvolveram três princípios básicos com relação ao ideal de retorno à vida apostólica:

O primeiro era uma imitação da Igreja primitiva, pela imitação de Cristo e dos apóstolos, através do sofrimento, da espiritualidade e da penitência. O segundo era o amor por Deus e pelo próximo através do cumprimento literal dos Mandamentos, enquanto o terceiro consistia na tentativa para obedecer à exortação de Cristo para ser perfeito, praticando a vida comum de pobreza evangélica, de trabalho manual e de aceitação de esmola.[45]

Foi, especialmente o terceiro daqueles princípios que logrou um sucesso maior, especialmente naqueles movimentos de cunho evangélico que, oriundos dentro do laicato, desejavam alcançar a perfeição evangélica mediante a prática da vida em comum, na observância da pobreza evangélica, garantindo a sua subsistência a partir do trabalho feito com suas próprias mãos, complementando-o com a esmola. Destarte a convivência cotidiana com os pobres concretos e o acesso às Sagradas Escrituras possibilitou-lhes encontrar o Cristo do Evangelho, ele também um pobre e que viveu com os pobres.

Momento rico, o dos séculos XII e XIII, momento de surgimento de movimentos evangélicos, tanto aqueles considerados ortodoxos, como aqueles considerados heterodoxos e até mesmo daqueles que foram considerados heréticos. Momento,

também, de surgimento das Ordens Mendicantes, destacando os Franciscanos, ou Ordem dos Frades Menores, e os Dominicanos, ou Ordem dos Pregadores.

Outro processo assaz importante foi o surgimento, no século XIV, do movimento conhecido como *devotio moderna*, surgido entre os Irmãos e Irmãs da Vida Comum, mas como alerta António Paim: “A fonte inspiradora seria o despojamento pregado pelos franciscanos e a mística dos dominicanos alemães”.^[46] Os Irmãos e Irmãs da Vida Comum eram uma comunidade religiosa fundada por Gerard Groote (1340-1382) que pregava uma piedade pessoal e reflexiva usando a Bíblia como recurso. Seus membros, defendiam o uso da língua vulgar na educação e na pregação religiosa. De acordo com G. Duby, “aquilo a que se começava a chamar, cerca de 1380, *devotio moderna*, era a maneira ‘moderna’ de se aproximar de Deus”.^[47]

Com efeito, nos últimos séculos da Idade Média, a religião cristã passou por uma transformação significativa. Duby analisa isto e diz:

deixara de ser finalmente questão de ritos e questão de padres. No século XIV, tendia a tornar-se adesão das massas. (...) desclericaliza-se. Mas, nem por isso devemos julgá-la menos cristã. É-o certamente mais, de maneira mais íntima, em todo caso, muito mais profunda graças à difusão, à penetração dos ensinamentos evangélicos nas consciências. (...) No final da completa viragem que se conclui, passa a aparecer como uma religião popular.^[48]

Aluno que fora dos Irmãos da Vida Comum, em Magdeburgo,^[49] Lutero, com certeza recebeu influência daquela nova espiritualidade mais mística e pessoal, mas calcada na leitura e meditação das Sagradas Escrituras, tanto em Magdeburgo como, depois, no convento. Ademais, o Reformador Alemão, viveu também naqueles séculos marcados pela cultura do Renascimento – usamos o termo, aqui, apesar das polémicas que tem sido alvo desde aqueles que se denominaram de renascentistas –^[50] e pelo movimento Humanista. Movimento este, que, para E. Garin, teve sua inflexão maior na filologia, com o estudo, a transcrição e tradução de obras antigas, inclusive dos livros sacros. ^[51]

Lutero, sem sombra de dúvida, foi um humanista. Como pregador conventual e paroquial, usou as Sagradas Escrituras como referência e, como professor na Universidade de Wittemberg, deu cursos sobre o Saltério e as Cartas de São Paulo aos Romanos e aos Gálatas, como também, sobre a Carta aos Hebreus. ^[52] Como outros tantos humanistas, que lhe precederam ou lhe foram contemporâneos, Lutero se dedicou à tradução dos livros sacros. Primeiramente o Novo Testamento, enquanto esteve refugiado junto a Frederico, o Sábio; mais tarde, em 1234, saiu a primeira edição da sua tradução completa da Bíblia. ^[53] Depois – é claro – de Lutero, seguindo os exemplos de Erasmo e Reuchlin, ter aprofundado “os seus conhecimentos de grego e hebraico, para traduzir a Bíblia (...)” ^[54]

Assim, o pensamento de Lutero e o seu conceito de liberdade, ao mesmo tempo que se enraizava no anseio comum de seus coetâneos, por uma religião mais íntima e menos ritualística, partilhava com eles do desejo de reforma – como no Humanismo Renascentista, por uma descoberta e restauração da antiguidade cristã – se enraizando, assim, social e culturalmente, na tradição cristã: nas Sagradas Escrituras, sobretudo, mas também, em pensadores como Santo Agostinho. Entretanto, como menciona Delumeau, as influências diversas que contribuíram para a formação de Lutero, não impediram que ele desse provas de originalidade e fosse inovador e até mesmo revolucionário em sua época.^[55]

O conceito de liberdade de Lutero no seu tempo e para além dele

Analisar o conceito de liberdade de Lutero em uma perspectiva cultural, importa ver não apenas o seu enraizamento sócio cultural, no momento que foi produzido e sua relação com uma tradição cultural, mas também permite perceber uma sobrevivência deste conceito, na sociedade moderna e até na contemporânea.

Em Lutero, a idéia de liberdade é concebida sob um aspecto extremamente religioso, fruto de sua compreensão bíblica. Contudo, em razão da tamanha interpenetração entre o secular e o religioso, no século XVI, a visão de Lutero sobre a liberdade não se restringiu apenas ao campo religioso; pelo contrário, permeou a sociedade da sua época, comportando várias interpretações, bem como ações diversas que delas resultaram e, sobretudo, influenciou o modo de vida de muitas pessoas, em razão dos valores sociais e morais presentes em sua abordagem. Fato que concorreu para a validade da mesma, ao longo do tempo e a torna atual até os dias de hoje.

Dessa forma ao entender que a salvação se dá somente pela fé, mediante a graça de Deus, tornando-se desnecessário qualquer sacrifício, qualquer intervenção humana, inclusive dos clérigos, Lutero libertava os indivíduos da angústia e do temor da danação eterna e de tudo que dela derivava, o que por si só já representaria um grande feito do Reformador em razão das implicações religiosas, sociais e políticas e que ultrapassava sua importância pessoal, isto é, somente para Lutero.

Conforme Quentin Skinner ao analisar, a doutrina luterana da, considera que a mesma constituiu o fruto de uma evolução gradual do pensamento de Lutero e que através desta doutrina, o Reformador ensinou que ninguém é digno de se justificar, mas acrescentou que estava ao alcance de todos a graça salvadora de Deus. A decorrência foi uma teologia inteiramente nova, com base na qual ele pôde atacar o papado e toda Igreja.[56] Para Walter Altmann, a justificação pela fé, foi para Lutero uma profunda experiência pessoal de libertação, que veio a ter imediatas repercussões libertárias em termos eclesiais e sociais.[57]

Ao colocar que somente a fé traz a salvação e que esta eleva o indivíduo, tornando-o cristão e digno de aparecer diante de Deus e rogar pelos outros, Lutero dispensava a intervenção dos clérigos como única forma de se chegar a Deus e, ainda, desmistificava o poder destes para ajudar na salvação alheia, o que acabou por abalar a estrutura da Igreja, que era uma das principais instituições da época, cuja influência se exercia sobre todos os setores da sociedade, estando presente em cada costume e em cada ato da vida cotidiana dos cristãos, regulamentando suas relações e definindo o que deviam e o que não deviam fazer.[58]

Contestando a autoridade de Roma, o Reformador Alemão também acabou por afirmar, em face da Igreja, o pensamento e a vontade do indivíduo, enquanto sujeito capaz, por si mesmo, de interpretar a Bíblia e descobrir o sentido da Palavra de Deus. Assim, ele evocou a defesa pela liberdade de fé, liberdade essa que foi posteriormente oficializada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição de vários países.

Dessa forma, a liberdade de fé que usufruímos nos dias de hoje, frente às inúmeras instituições religiosas, dos mais diversos segmentos que se encontram presente em nossa sociedade, tem sua semente em Lutero, que entendia que Religião e fé jamais poderiam ser uma obrigação e sim, uma vontade do indivíduo, que era livre para agir segundo sua consciência.

Segundo Wilhelm Wachholz, com esse pensamento, “Lutero também contribuiu para o surgimento do *ethos* democrático, frente a quaisquer totalitarismos”.[59] o que é notável, vez que ele e outros reformadores do período, recuperaram a consciência individual, como sendo a única norteadora das ações humanas, em lugar da tradição e da autoridade suprema do clero e da nobreza. Consciência esta, que foi praticada por

Lutero na Dieta de Worms, em 1521, onde mesmo sob pena de ser excomungado e massacrado, ele se recusou a se retratar das suas teses e pensamentos, dizendo “que sua consciência era cativa à palavra de Deus, pelo que, se retratar, não seria nem seguro nem honesto”.^[60]

Para Wachholz, ainda, ao evocar a liberdade religiosa, Lutero contribuiu para o rompimento do *corpus Christianum* (corpo político-social) medieval, apresentando teoricamente o caminho para a libertação da Igreja perante o Estado e do Estado perante a Igreja, ainda que isso ocorresse, concretamente, somente com a Revolução Francesa (1789).^[61]

Essa libertação da autoridade religiosa, em nome da razão individual, representou ainda, o início de um processo que deveria culminar com a negação de qualquer tradição e autoridade contrária à vontade de Deus, inclusive a secular, uma vez que, a afirmação do indivíduo, do pensamento e da liberdade em relação a Deus, deveria se estender também à relação com os próprios homens que pretendessem exercer autoridade erroneamente em nome de Deus, contrariando seus ensinamentos.^[62]

Apesar de sua ambição ser religiosa, sua compreensão é moderna e vivenciada em nossos dias. Conforme Alain Touraine, para o mundo moderno, “o indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência”.^[63]

Por sua vez, Miguel Pereira considera que “a subjetividade constituída pela liberdade e pela reflexão, é o princípio que outorga aos Tempos Novos superioridade sobre os antigos”.^[64] Assim, o nascimento da subjetividade moderna na filosofia tem uma estreita ligação com a interiorização da fé e da religiosidade, ambas trazidas pela Reforma religiosa do século XVI.

Ao trabalhar a questão das obras e o serviço ao próximo, como forma suprema de liberdade, Lutero defendeu também as ações voluntárias, fazendo sempre referência a estas no seu tratado. Para ele, as obras são um serviço voluntário, consequência da fé e servem para agradar a Deus e atender às necessidades do próximo, beneficiando-o.^[65]

A defesa do serviço voluntário presente em Lutero é bastante recorrente em nossos dias, haja vista os inúmeros projetos e campanhas sociais que são realizados diariamente em nossa sociedade, convocando as pessoas a se solidarizarem com as necessidades de seu semelhante, visando à doação de bens e serviços, em prol de alguma causa justa, como nas ONGs. Assim, as pessoas ajudam o próximo, por sentirem que isso lhes é um dever natural, pois partem do princípio de que a consciência (razão) as leva a praticar tais atos, realizando boas obras materiais à medida que haja necessidade e assim, cumprindo seu dever e confortando sua consciência.

Para Lutero, se deve praticar as obras desinteressadamente, assim como ocorre em muitas espécies de trabalhos voluntários atuais, em que a atividade é desempenhada de forma autônoma, sem recebimento de qualquer contraprestação; mas, numa perspectiva social e política, pressupondo que a prática de tais atividades é responsabilidade do cidadão, que deve contribuir para a manutenção da ordem social; sendo, portanto, tal prática um dever natural de todo homem enquanto ser humano.

Por meio dessas implicações que se desdobram da compreensão de liberdade, em Lutero, bem como da associação da mesma com a idéia de servidão e responsabilidade, percebe-se uma grande contribuição do Pai da Reforma para com o campo da ação social, assim como a sua atualidade.

Entretanto, como coloca Altmann, Lutero não pode ser classificado como um revolucionário social, ele teve, sim, aguda sensibilidade para com as necessidades humanas, mas não teve, em seu tempo e em seu contexto, as condições de perceber em toda a sua profundidade as realidades políticas, econômicas e sociais com suas conseqüências danosas para grande parcela do povo.[66]

Para Warth, é interessante ressaltar que Lutero abordou as questões sociais como teólogo, para fortalecer e instruir a consciência das pessoas, entretanto, para o mesmo autor - o Reformador Alemão entendeu que não havia uma forma “cristã” de governar e administrar as coisas sociais, mas sim, uma forma racional fundamentada nas Escrituras Sagradas; vez que, na ordem social, a pessoa encontra o seu próximo com quem convive na família, na sociedade, no governo e na Igreja.[67]

Percebemos, outrossim, que todas as abordagens que emanam do pensamento de Lutero acerca da liberdade, como sua defesa do indivíduo, da ação social, sua preocupação com o próximo, com o coletivo, entre outras, estão ligadas ao pensamento moderno e contribuem com o mesmo, uma vez que a modernidade é “ao mesmo tempo, liberdade e trabalho, comunidade e individualidade, ordem e movimento”. [68] E, conforme Roberto Romano, a obra de Lutero foi “estratégica na elaboração do pensamento político moderno”. [69] Ponto de vista semelhante tem Arlete Menezes, que escreveu: “mesmo que a liberdade ambicionada por Lutero fosse puramente interior, este sentimento de emancipação de cada um foi ganhando força coletiva e se tornou, segundo Hegel, “como matriz cultural da filosofia moderna”. [70]

Predominam, ainda, nas abordagens desenvolvidas por Lutero, inúmeros valores sociais que foram defendidos por Lutero e que ainda hoje orientam a vida de muitas pessoas, bem como a sua consciência, quer sejam luteranas ou não, fazendo parte da cultura ocidental cristã, como: fé, amor ao próximo, solidariedade, humildade, honestidade, perdão, gratidão etc. Assim, ao defender a liberdade do cristão, o Reformador também desenvolveu um guia de vida, cuja ética deveria ser baseada no amor – ou como se diz na linguagem atual já secularizada, na solidariedade humana – sendo a prática desse amor, ou desta solidariedade, dirigida pelas suas consciências, que lhes incomoda, lhes recrimina, quando ignoram esses valores, bem como à sociedade que partilha dessa mesma compreensão, entendendo que esses valores são indispensáveis para a vida humana.

Dessa forma, “a contribuição de Lutero à vida comum e para um mundo melhor foi de uma visão e de uma influência extraordinária, não somente para sua época, mas para todo o futuro da história”. [71] Contudo, como salienta Altmann, é difícil imaginarmos hoje, o quanto houve de revolucionário na concepção de liberdade de Lutero para sua época. É certo que houve uma inversão de valores e o questionamento dos mesmos, da santidade, da ética e de todas as práticas religiosas com suas penetrações no mundo secular, porém, não se pode apontar sua dimensão, assim, como não podemos dimensionar as contribuições de seu pensamento para a modernidade e muito menos, apontá-la como um expoente desse pensamento [72].

Conclusões

Concluindo, pode-se afirmar que Lutero concebeu seu pensamento acerca da idéia de liberdade – bem como de outros conceitos seus – a partir da tradição cultural cristã, especialmente nos escritos de Paulo e de Santo Agostinho, que fundamentam toda sua abordagem.

Assim, a liberdade em Lutero se dá pela graça de Deus mediante a fé, que salva o indivíduo e, assim, o liberta de todo mal, de toda preocupação terrena e espiritual. Por entender que mesmo salvo o homem continua a viver na terra, tendo que governar

seu próprio corpo e conviver com outras pessoas e ajudá-las, Lutero desenvolveu sua concepção de liberdade que é vinculada a uma responsabilidade social.

Lutero defendeu a liberdade de consciência, chamando as pessoas a serem não só indivíduos, mas sujeitos de suas ações; inclusive, se preocupando também com o coletivo, com os deveres para com a vida terrena e suas responsabilidades, o que é um princípio válido não apenas para a fé cristã, mas para o pensamento em geral. Assim, ele contribuiu para o nascimento de um cristianismo moderno, respondendo aos anseios de seus contemporâneos, bem como de seus pósteros; sendo seu pensamento “moderno” para o momento em que escreveu e de grande influência tanto para o mundo religioso quanto para o secular.

Assim, apesar das limitações de seu pensamento que são também as limitações sócio-culturais de sua época, Lutero contribuiu com a mesma, provocando lhe mudanças. Sua doutrina da justificação pela fé e sua defesa da liberdade, responderam aos anseios e necessidades do período, oferecendo ainda, elementos para se pensar aquela nova sociedade que emergia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Alвори. Relações entre a ética social de Lutero e a concepção de Weber sobre a ética protestante no contexto educacional. *ORBIS – Revista Científica Ciências Humanas*. Maracaibo, Venezuela. Ano 3, nº 07, julho, 2007. p. 17. Disponível em: <www.redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/709/70930702.pdf>. Acesso em: 08/06/2009

A REGRA DE SÃO BENTO. Tradução: D Basílio Penido. 1ª edição. Petrópolis. Vozes. 1993.

ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*. São Paulo: Sinodal e Ática, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média*. Trad. Maria da Luz Veloso. Lisboa. Edições 70. 1983.

BORTOLOTTI, Ricardo. Ensaio sobre os pressupostos para o estudo da relação entre o nominalismo e política em Guilherme de Ockham. In. ANDRADE FILHO, Ruy. (org.). *Relações de Poder, Educação e Cultura na Antigüidade e na Idade Média*. São Paulo: Solis. 2005.

CARVALHO, João Rafael Chió Serra. *Entre a liberdade e a dependência. O conceito de liberdade do Cristianismo na transição da antiguidade para a Idade Média*. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom. P. 7. Disponível no site http://www.anpuhsp.or.br/downloadsCD_XVIIIpdfORDEMALFABTICA/Joo_Rafael_Chio_Serra_Carvalho.pdf. Acesso em 22 de Maio de 2009.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre práticas e representações*. Trad. Mª Manoela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990. (Memória e Sociedade).

CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550)*. A crise da Cristandade. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa. Edições 70. 1993.

CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550)*. História religiosa e sistema de civilização. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa. Edições 70. 2002.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo. Pioneira. 1989.

- DELUMEAU, Jean. O Renascimento como reforma da Igreja. In. *A civilização do Renascimento*. Lisboa, Estampa. 1994. pp. 121-150.
- DELUMEAU, J. e MELCHIOR-BONET, S. *De religiões e de homens*. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. São Paulo. Loyola. 2000
- DREHER, Martin. Martinho Lutero. In. LUTERO, Martinho. *Do Cativo Babilônico da Igreja*. São Paulo: SP. Editora: Martin Claret. 2006. pp. 133-142
- DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais*. A arte e a sociedade. 980-1420. Trad. José Saramago. Lisboa. Estampa. 1979.
- GARIN, Eugénio. *Idade Média e Renascimento*. Trad. Isabel Teresa Santos e Hossein Shooja. Lisboa. Estampa. s/d.
- LAZARETH, Wiliam. Luther's Two Kingdom Ethic reconsidered. In: Marburg Revisited. Minneapolis, Augsburg, 1966.
- LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1998.
- MARQUES, Jordino. *A Teologia Paulina da Liberdade*. Fragmentos de Cultura – Revista do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG. Goiânia: Editora da UCG. Ano 6. n. 22, dez. 1996.
- MENEZES, Arlet. *Sobre o papel da Educação na concepção religiosa de Martinho Lutero*. 2005. 95 f. Tese (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. 2005.
- PAIM, António. "Imitação de Cristo, de J. Kempis" In. *Dicionário das obras básicas da Cultura Ocidental*. Brasília. 2008. [httpwww: institutodehumanidades.com.br/arquivosdicionario.pdf](http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivosdicionario.pdf). Acesso em 09/06/2009.
- PEREIRA, Miguel. *Modernidade e Tempo: Para uma leitura do discurso moderno*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.
- ROMANO, Roberto. Introdução. In. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1998. pp. 7-21.
- SISTHERENN, Marcio. A Compreensão de Liberdade na obra O Livre-Arbítrio de Santo Agostinho. *Revista Eletrônica Frontistés*. Faculdade Palotina – FAPAS, 2009, p. 13. Disponível em: <www.fapas.edu.br/frontistes/artigos/ARTIGO%2009.doc>. Acesso em 30/05/2009.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- TAMEZ, Elsa. *Contra toda condena; la justificaci3n por la fe desde los excluidos*. San José, Costa Rica, DEL-SEBILA, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1994.
- VALENÇA, Rachel. Biblioteca de História. Grandes personagens de todos os tempos: Lutero. São Paulo: Editora Três. 1974.
- VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental*. Sec. VIII-XIII. Trad. Teresa Antunes Cardoso. Lisboa. Estampa. 1995.
- VIGNAUX, Paul. *A filosofia na idade média*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- WACHHOLZ, Wilhelm. Lutero e Agostinho. IHU – On-line. *Revista do Instituto Humanista Unisinos*. São Leopoldo. Ed. 280, nov. 2008. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>. Acesso em 15/04/2009.
- WARTH, Martim. *Lutero e a ação social*. Caesura – Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas. Canoas: ULBRA. N. 07, P. 24-33. jul./dez. 1995.

Notas

- [1] Doutora em História (História Medieval) pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, atuando nas áreas de História Medieval e Moderna, no Ensino, Pesquisa e Extensão. Coordenando, atualmente, os projetos: Vivências Cristãs Ocidentais. Séc. XIII-Séc.XVI e A Construção da Imagem dos Santos. A hagiografia mendicante do século XIII e começo do XIV. Editora Chefe da OPSIS. Revista do Curso de História. UFG/CAC. E-mail: teresinha_duarte@yahoo.com.br
- [2] Graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão – Brasil, onde participou do Programa de Iniciação Científica, desenvolvendo o projeto de pesquisa O Nascimento do Cristianismo Moderno: Um Estudo do *Da Liberdade do Cristão* (1520), vinculado ao projeto Vivências Cristãs Ocidentais. Séc. XIII - Séc. XVI, que deu origem a este artigo. E-mail: tamirismuniz@gmail.com
- [3] O exemplar usado foi publicado em 1998 pela Fundação Editora da UNESP (São Paulo). É uma edição bilíngue (português-alemão), com tradução para o português de Erlon José Paschoal.
- [4] CHARTIER, Roger. *A História Cultural* entre práticas e representações. Trad. M^a Manoela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990. (Memória e Sociedade). p. 43.
- [5] Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. S. Paulo. Pioneira. 1989. pp. 85-86. Assim, como seus coetâneos, Lutero vivia inquieto acerca de seu relacionamento com Deus e sofria com isso, apresentando um estado de depressão em razão de uma série de incidentes graves que sofreu. O maior desses incidentes mudou radicalmente sua vida. Ao ser surpreendido por um forte temporal em 1505, na estrada, em direção à universidade. Na ocasião, ele fez um voto à Santa Ana de renunciar sua vida secular e tornar-se monge, se escapasse da morte e assim o cumpriu. Contudo, como compreende Delumeau, Lutero teria podido facilmente obter dispensa de um juramento arrancado pelo temor; mas perseverou em seu projeto, devido à sua consciência da incerteza de sua salvação, receando morrer sem estar preparado. Assim, percebemos que o que importava a Lutero, inicialmente, era a salvação de sua alma.
- [6] Idem. pp. 60-61.
- [7] Cf. DHERER, Martin. Martinho Lutero. In: LUTERO, Martinho. *Do Cativo Babilônico da Igreja*. São Paulo: SP. Editora: Martin Claret. 2006. p. 11-13.
- [8] Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Op. cit. p. 59-60.
- [9] DELUMEAU, J. e MELCHIOR-BONET, S. *De religiões e de homens*. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. São Paulo. Loyola. 2000. p. 227
- [10] Cf. ROMANO, Roberto. Introdução. In: LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.7.
- [11] Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Op. cit. p. 227.
- [12] LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 25.
- [13] Idem. p. 25.
- [14] CARVALHO, João Rafael Chió Serra. *Entre a liberdade e a dependência. O conceito de liberdade do Cristianismo na transição da antiguidade para a Idade Média*. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom. P. 7. Disponível no site <http://www.anpuhsp.or.br/downloadsCDXVIIIpdfORDEMALFABTICAjooRafaelChioSerraCarvalho.pdf>. Acesso em 22 de Maio de 2009.
- [15] Idem. pp.3-4.
- [16] Cf. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. Op. cit. p. 49; 63.
- [17] LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. Op. cit. p. 51.
- [18] *A REGRA DE SÃO BENTO*. Tradução: D Basílio Penido. Petrópolis. Vozes. 1993, p. 83.
- [19] Essa interpretação é feita por Max Weber, no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Segundo AHLERT, Alvorí. Relações entre a ética social de Lutero e a concepção de Weber sobre a ética protestante no contexto educacional. *ORBIS – Revista Científica Ciências Humanas*. Maracaibo, Venezuela. Ano 3, nº 07, julho, 2007. p 15-6. Disponível em: <www.redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/709/70930702.pdf>. Acesso em: 08/06/2009; para Weber, os protestantes desenvolveram mais o racionalismo econômico, adquirindo um senso econômico de comércio e investimento capitalistas bem mais apurados do que os católicos, vez que desenvolveram

uma formação ascética calcada numa ideologia que privilegiava as relações entre tempo e dinheiro, crédito e dinheiro, bom pagador e dinheiro; criando assim, um *ethos* utilitarista para um conjunto de normas, regras e costumes salutareos para a convivência humana. Honestidade, regras de pontualidade, iniciativas desenvolvimentistas, criatividade para a produção, tornaram-se objetivos reféns do acúmulo de riquezas e dinheiro. Esta ideologia acoplou-se aos princípios, vivências e comportamentos religiosos e que, por sua vez, adentrou o núcleo da concepção vocacional para o trabalho. Nesse sentido, os protestantes ainda se importaram mais com a educação, como com a formação superior, do que os católicos, o que implicou no avanço do capitalismo.

[20] Segundo AHLERT, Alvori. Relações entre a ética social de Lutero e a concepção de Weber sobre a ética protestante no contexto educacional. *ORBIS – Revista Científica Ciências Humanas*. Artigo citado, para Weber, a ética social de Lutero permaneceu bíblica, o termo vocação para ele tinha um sentido religioso. Isso se evidencia nos seus ataques à usura, um dos pilares da acumulação capitalista. Dessa forma, não pode ser creditada a Lutero, a ética protestante relacionada ao espírito do capitalismo. Por isso Weber dirige sua análise ao protestantismo calvinista, ao pietismo, ao metodismo e às seitas batistas. É ainda interessante destacar que, com o capitalismo, o conceito de trabalho foi secularizado, abandonou-se a concepção religiosa que lhe dera suporte, tornando-se apenas uma questão de racionalidade em oposição à idéia de vocação ou de glorificação a Deus.

[21] WARTY, Martim. *Lutero e a ação social*. Caesura – Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas. Canoas: ULBRA. N. 07, P. 24-33, jul./dez. 1995, p. 29.

[22] Cf. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 51. p.53.

[23] WACHHOLZ, Wilhelm. Lutero e Agostinho. IHU – On-line. *Revista do Instituto Humanista Unisinos*. São Leopoldo. Ed. 280, nov. 2008, p. 11. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>. Acesso em 15/04/2009.

[24] LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 63.

[25] Cf. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 25-7.

[26] LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 35.

[27] CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550)*. História religiosa e sistema de civilização. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa. Edições 70. 2002. p. 104.

[28] Cf. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 31-33.

[29] WARTY, Martim. *Lutero e a ação social*. Artigo citado. p. 26.

[30] Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p.291-2.

[31] CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550)*. *Op. cit.* p. 111.

[32] Cf. DELUMEAU, Jean. O Renascimento como reforma da Igreja. In. *A civilização do Renascimento*. Lisboa. Estampa. 1994. p. 45.

[33] LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* 27.

[34] TAMEZ, Elsa. *Contra toda condena; la justificación por la fe desde los excluídos*. San José, Costa Rica, DEL-SEBILA, 1991 apud ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*. São Paulo: Ática. 1994. p. 318.

[35] Cf. MARQUES, Jordino. *A Teologia Paulina da Liberdade*. Fragmentos de Cultura – Revista do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG. Goiânia: Editora da UCG. Ano 6. n. 22, dez. 199., p. 29.

[36] Cf. CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550)*. História religiosa e sistema de civilização. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa. Edições 70. 2002. p. 109.

[37] Cf. SISTHERENN, Marcio. A Compreensão de Liberdade na obra O Livre-Arbítrio de Santo Agostinho. Revista Eletrônica Frontistés. Faculdade Palotina – FAPAS, 2009, p. 13. Disponível em: <www.fapas.edu.br/frontistes/artigos/ARTIGO%2009.doc>. Acesso em 30/05/2009.

[38] BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999, p. 110.

[39] VIGNAUX, Paul. *A filosofia na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 193.

[40] Cf. BORTOLOTTI, Ricardo. Ensaio sobre os pressupostos para o estudo da relação entre o nominalismo e política em Guilherme de Ockhan. In: ANDRADE FILHO, Ruy. (org.). *Relações de Poder, Educação e Cultura na Antigüidade e na Idade Média*. São Paulo: Editora Solis. 2005. p. 87-95.

[41] CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550)*. A crise da Cristandade. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa. Edições 70. 1993. p. 11

[42]. Cf. VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental*. Sec. VIII-XIII. Trad. Teresa Antunes Cardoso. Lisboa. Estampa. 1995. pp. 75-82.

- [43]. Idem. p. 82.
- [44]. Ibidem. p. 83.
- [45]. BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média*. Trad. Maria da Luz Veloso. Lisboa. Edições 70. 1983. pp. 22-23
- [46] PAIM, António. “Imitação de Cristo, de J. Kempis” In. *Dicionário das obras básicas da Cultura Ocidental*. Brasília. 2008. <http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivosdicionario.pdf>. Acesso em 09/06/2009.
- [47] DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais*. A arte e a sociedade. 980-1420. Trad. José Saramago. Lisboa. Estampa. 1979. p. 189.
- [48] DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais*. *Op. cit.* p. 219.
- [49] Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. *Op. cit.* p. 85.
- [50] A este respeito ver, GARIN, Eugénio. *Idade Média e Renascimento*. Trad. Isabel Teresa Santos e Hossein Shooja. Lisboa. Estampa. s/d. p. 92 que define aquele tempo como uma “revolta contra uma situação de barbárie, em favor de um renascimento da *humanitas*”. Entretanto, como aponta o mesmo GARIN, E. *Idade Média e Renascimento*. *Op. cit.* p. 93. e DELUMEAU, J. *Nascimento e afirmação da Reforma* *Op. cit.* p. 87, na Idade Média, também, amava-se os clássicos. Então, com estes autores, entendemos o renascimento, como GARIN, E. *Idade Média e Renascimento*. *Op. cit.* p. 93 a definiu: “a consciência que uma época teve de si própria” ou como afirma DELUMEAU, J. *Nascimento e afirmação da Reforma* *Op. cit.* p. 87: “um espírito novo, uma forma nova, uma nova maneira de ver as coisas (...) a consciência desperta deste novo nascimento do homem para si mesmo”.
- [51] Cf. GARIN, E. *Idade Média e Renascimento* *Op. cit.* p. 95.
- [52]. Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. *Op. cit.* p. 87.
- [53] Cf. DELUMEAU, Jean. e MELCHIOR-BONNET, S. *De religiões e de homens*. *Op. cit.* p. 229 e 233.
- [54] DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. *Op. cit.* p. 79.
- [55] Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. *Op. cit.* p. 287.
- [56] Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. *Op. cit.* p. 289-290.
- [57] Cf. ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*. *Op. cit.* p. 31.
- [58] Cf. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 41-43.
- [59] WACHHOLZ, Wilhelm. Lutero e Agostinho. *Artigo Citado*.
- [60] DHERER, Martin. Martinho Lutero. In: LUTERO, Martinho. *Do Cativo Babilônico da Igreja*. São Paulo: SP. Editora: Martin Claret. 2006. p. 138.
- [61] Cf. WACHHOLZ, Wilhelm. Lutero e Agostinho. *Artigo Citado*.
- [62] Cf. VALENÇA, Rachel. Biblioteca de História. Grandes personagens de todos os tempos: Lutero. São Paulo: Editora Três. 1974. p. 131.
- [63] TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994. p. 220. Para o autor, para que o sujeito apareça, não é preciso que a razão triunfe sobre os sentidos, mas, ao contrário, que o indivíduo reconheça nele a presença do Si-mesmo junto com a vontade de ser sujeito.
- [64] PEREIRA, Miguel. *Modernidade e Tempo: Para uma leitura do discurso moderno*. Coimbra: Livraria Minerva. 1990. p. 18.
- [65] Cf. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão (1520)*. *Op. cit.* p. 53.
- [66] Cf. ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. *Op. cit.* p. 300.
- [67] Cf. WARTY, Martim. *Lutero e a ação social*. *Art. citado*. p. 29.
- [68]. TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. *Op. cit.* p. 387.
- [69] ROMANO, Roberto. Introdução. In. LUTERO, Martinho. *Da Liberdade do Cristão*. *Op. cit.* 07.
- [70] MENEZES, Arlete. *Sobre o papel da Educação na concepção religiosa de Martinho Lutero*. *Op. cit.* p.11.
- [71] LAZARETH, Wiliam. Luther’s Two Kingdom Ethic reconsidered. In: Marburg Revisited. Minneapolis, Augsburg, 1966 *apud* WARTH, Martim. *Lutero e a ação social*. *Op. cit.* p. 29.
- [72] Cf. ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. *Op. cit.* p. 288.